

Aprovação de projeto no Senado dá impulso à pauta verde no RS

Regulamentação da energia eólica em alto-mar, ampliação dos combustíveis renováveis e inclusão do hidrogênio de baixo carbono na matriz energética de transição são vistas como saídas capazes de atrair empresas e elevar o PIB gaúcho

Pauta verde é aposta para dinamizar a economia do RS

Rafael Vigna
rafael.vigna@zerohora.com.br

O Rio Grande do Sul tem duas prioridades projetadas no tempo: conter os efeitos decorrentes do envelhecimento da população e manter a vigilância diante dos impactos da crise climática. Para isso, de acordo com uma agenda estratégica lançada pelo governo estadual em abril, semanas antes da enchente, o desafio é dinamizar a economia – hoje ainda muito dependente da agropecuária.

Dois projetos de lei em discussão no Congresso e uma lei recentemente sancionada,

todos vinculados à pauta verde, são considerados peças-chave para destravar novos investimentos na área. Com isso, especialistas garantem que esses setores podem ser elevados à condição de puxadores do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado.

O PL 5.932/23 disciplina o aproveitamento dos parques eólicos offshore (em alto-mar). É essencial para permitir avanços na geração do hidrogênio verde (H2V), um dos combustíveis que despontam no processo de descarbonização da economia mundial até 2050. O H2V também é o foco de uma lei, em vigor desde o final de julho, que prevê a inclusão dessa fonte na matriz energética brasileira.

O que está em jogo

● ENERGIA EÓLICA EM ALTO-MAR (PL 5.932/23)

O que é: regulamenta a oferta e outorga de áreas para exploração de energia elétrica em alto-mar. Foi aprovado na Câmara, mas travou no Senado em razão de dispositivos inseridos no texto com o objetivo de compensar a indústria do carvão mineral.

O interesse do RS: o Estado já conta com situação privilegiada para geração eólica, conforme explica Elbia Gannoun, presidente-executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica). Com a liberação, poderia destravar o equivalente a 69 gigawatts (GW) em 27 projetos de parques já cadastrados.

Isso representa um terço dos 234 GW existentes em 97 projetos distribuídos em oito Estados. Esses projetos aguardam o licenciamento ambiental, o que não ocorre por falta de regulamentação. Conforme a presidente do Sindenergia-RS, Daniela Cardeal, apenas o RS pode evitar a emissão de 94 milhões de toneladas de CO2 com este potencial.

● INCLUSÃO DO H2V NA MATRIZ ENERGÉTICA (LEI 14.948)

O que é: sancionada em julho, regulamenta a produção, comercialização e uso do hidrogênio de baixa emissão de carbono.

O interesse do RS: no ano passado, o governo estadual apresentou estudo que apontou oportunidades com potencial de agregar R\$ 62 bilhões à economia gaúcha.



Aprovação dos parques offshore abrirá caminho para vários projetos

Segundo a secretária estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura, Marjorie Kauffmann, a qualidade da geração eólica (percentual de aproveitamento dos ventos nas turbinas) é de 40% no RS. Em alto-mar, passaria de 60%.

– Não enxergamos a instalação de uma nova economia de hidrogênio verde se não tivermos as energias renováveis em grande potência e esse é o caso do offshore – destaca.

O principal benefício é a possibilidade de atração de grandes empresas internacionais de óleo e gás. Outra expectativa gira em torno da possibilidade de produzir os equipamentos (hélices), o que estimularia a indústria e a geração de empregos.

Para o agronegócio, abre-se a possibilidade para a produção da amônia verde, que serve de matéria-prima para fertilizantes.

Potência global

Já o PL 4.516/23, conhecido por “combustível do futuro”, tem os predados para tornar o país potência global no segmento.

Hoje, EUA e União Europeia, onde já existem marcos regulatórios, são os principais players. – Os campos secos do Oriente Médio, produtor de combustíveis fósseis de ontem, são os campos verdes do Brasil e do Rio Grande do Sul no amanhã – resume Francisco Turra, presidente do conselho de administração da Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil (Aprobio).

O texto prevê aumento da mistura do biodiesel ao óleo diesel e eleva o percentual mínimo de etanol na gasolina. —

A expectativa é que, em 2050, o Brasil seja um dos maiores exportadores do hidrogênio verde, com produção anual estimada em 540 milhões de toneladas. No Estado, em razão do Porto de Rio Grande, da atual capacidade de geração e do interesse dos investidores, há todas as condições para exercer protagonismo.

São ao menos 20 empresas com projetos para investimentos bilionário. Algumas ainda não atuam no mercado brasileiro, caso da gigante chinesa Shizen e da Corio Generation, que pertence ao tradicional fundo australiano Macquarie. A atividade também atrai a atenção das petrolíferas, como Shell, Equinor e TotalEnergies, que veem oportunidades de sinergia com a exploração e produção de petróleo offshore e uma vertente de negócios para a transição energética da qual terão de participar.

● REGULAMENTAÇÃO DO “COMBUSTÍVEL DO FUTURO” (PL 528/2020)

O que é: prevê aumento da mistura do biodiesel ao óleo diesel e eleva o percentual mínimo obrigatório de etanol na gasolina, além de criar incentivos ao combustível sustentável de aviação (SAF), diesel verde e biometano. Foi aprovada no Senado na quarta-feira e agora precisará passar por nova votação na Câmara. Pela proposta, a mistura de biodiesel ao óleo diesel deverá alcançar 20% até 2030 e poderá atingir 25% a partir de 2031, em percentuais a serem definidos pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Em 2024, o índice já passou de 10% para 14%, elevando em 40% a demanda por produção. Já a margem de mistura de etanol à gasolina passará, pela proposta, de 22% a 27%, podendo chegar a 35%.

O interesse do RS: segundo o presidente do conselho de administração da Aprobio, Francisco Turra, o Brasil pode se tornar potência mundial em combustíveis renováveis. A indústria gaúcha iniciou suas atividades em julho de 2007, com a inauguração da planta industrial da empresa Oleoplan, em Veranópolis.

Rapidamente, o parque industrial do Estado cresceu com o ingresso no setor, no mesmo ano, das empresas Brasil Ecodiesel (Rosário do Sul), BSBIOS (hoje Be8, em Passo Fundo) e Granol (Rosário do Sul). Em 2010, a capacidade de produção foi aumentada com o início das operações da Olfar (Erechim) e da Camera (Ijuí). Agora, há iniciativas da 3Tentos na Fronteira Oeste e a previsão de fabricação com o uso de trigo por parte da Be8. O Estado lidera o mercado nacional e concentra cerca de 30% da produção nacional.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Em Foco Página: 4